

Relações Internacionais do Mundo Árabe: Os Desafios Para a Realização da Utopia Pan-Arabista



Resenha de: FERABOLLI, Silvia. *Relações Internacionais do Mundo Árabe: Os Desafios Para a Realização da Utopia Pan-Arabista*. Curitiba: Juruá Editora, 2.^a ed., 2013, 178 p.

A Juruá Editora, de Curitiba, elaborou uma 2.^a edição da obra de Silvia Feraboli, mestre em Relações Internacionais pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul e doutora em Política e Estudos Internacionais pela SOAS, University of London. O livro trata das relações internacionais no mundo árabe. A autora analisa os obstáculos que impedem a realização efetiva das relações intra-árabes.

As dificuldades de se estabelecer uma integração entre todos os países árabes não são recentes, mas remontam ao período do Sistema de Mandatos europeus. Os interesses particulares sempre estiveram em pauta, o que de certo modo acabou por beneficiar as potências colonizadoras europeias. O modelo europeu era mais vantajoso para os dirigentes árabes se comparado com o turco-otomano. O domínio turco-otomano (cf. p. 30 e 31) impedia que as elites da época, pudessem dominar os seus recursos naturais e as suas populações enquanto que, o controle exercido pelos europeus era indireto e isto permitia aos dirigentes árabes, administrarem o território de acordo com os interesses próprios, desde que não estivessem desvinculados dos interesses europeus.

Com o fim da Segunda Guerra Mundial, o mundo árabe passou por várias transformações que culminaram numa clivagem no interior da

sociedade. A elite dirigente se associou ao imperialismo europeu enquanto que as outras camadas sociais objetivam uma nova ordem econômica e social que desafiava o *status quo*. A promessa nacionalista árabe de independência política e econômica que conclamavam as populações a se rebelarem contra os otomanos, falhou. Em 1948, quando foi estabelecido o Estado de Israel em território palestino, tornou-se claro que as “falácias” não eram suficientes para defender o seu próprio espaço territorial.

As sucessivas falhas dos dirigentes árabes levaram ao fim da política e da ideologia da época e permitiu a ascensão de novas lideranças nacionalistas civis e militares que para além do poder, desejavam o fim da colonização europeia. Neste período, ascendeu ao poder no Egito, o militar Gamal Abdel Nasser. Ele foi o líder que tentou dar unidade ao mundo árabe e desafiou as potências colonizadoras da época. Ao nacionalizar o Canal de Suez em 1956, provocou um conflito de dimensão internacional. Ante a conjuntura daquele momento, as potências europeias Grã-Bretanha e França se uniram à Israel com o objetivo de derrotar Nasser que se mostrava hostil aos interesses europeus e ainda, incentivava outros líderes regionais a se unirem em torno do nacionalismo árabe.

As duas potências surgidas no pós-Segunda Guerra, com interesses no Oriente Médio, não permitiram que os europeus continuassem a exercer poder na região. Segundo a autora, “a União Soviética rompeu a barreira das potências europeias na região via quebra de monopólio ocidental de venda de armamentos, fornecendo ao Egito, em 1955, milhões de dólares em material bélico” (FERABOLLI, 2013, p. 34). Em contrapartida, os EUA, com interesses particulares na região desde 1947, também entrou em ação através da Doutrina Truman.

Dessa forma, a polarização no mundo árabe, nos termos da guerra fria, foi revelada quando o governo Eisenhower lançou, em 1957, uma doutrina homônima, que assegurava o envio de tropas americanas ao Oriente Médio para ajudar qualquer Estado ameaçado pelo ‘comunismo internacional’. A Doutrina Eisenhower foi empregada no Líbano e na Jordânia, quando seus governantes recorreram aos Estados Unidos e seus aliados para conter o avanço do nasserismo (FERABOLLI, 2013, p. 34-35).

Após a Crise do Suez até a Guerra dos Seis Dias, o domínio britânico e francês foi substituído pelas tensões ideológicas do conflito bipolar ao nível internacional sistêmico com repercussões no

nível subsistêmico árabe, ou seja, entre os Estado governados por grupos comprometidos com uma rápida mudança ou revolução – e que eram identificados como pró-soviéticos – os governados por dinastias ou grupos mais cautelosos com a mudança política e social, e mais hostis à propagação da influência nasserista – e, portanto vistos como pró-Occidente (FERABOLLI, 2013, p. 37).

As potências europeias perderam o poder na região, mas nem por isso, foi possível o entendimento efetivo e a integração árabe que passou a ser condicionada pelas potências da Guerra Fria. Em 1967, ano em que deflagrou a Guerra dos Seis Dias, o Oriente Médio já estava subordinado internacionalmente à ordem mundial bipolar. Cada superpotência (EUA e URSS), já havia definido os seus aliados na região, mas embora tivessem influência, ainda não exerciam o controle sobre a região. O poder das duas superpotências não era ilimitado sobre os árabes tanto que, não conseguiram evitar a Guerra dos Seis Dias e nem influenciar o seu curso.

Naquela época, Nasser temia o avanço do ba'thismo que estava conseguindo catalisar apoio junto à população árabe no combate à Israel. Concomitante, o nasserismo não conseguiu atingir os avanços socioeconômicos necessários, ao mesmo tempo que o apoio soviético estava restrito ao apoio militar, isto é, material defensivo ou tático. De acordo com a autora, Israel estava militar e economicamente forte e necessitava de uma guerra, “antes que a correlação de forças pudesse se alterar a favor dos árabes. Era preciso, acima de tudo, destruir o nasserismo e a capacidade ofensiva do Egito” (FERABOLLI, 2013, p. 38).

Ao vencer a Guerra dos Seis Dias, Israel alcançou poder na região e anexou territórios estratégicos para a sua segurança. O poder conquistado por Israel tornou-se desde então, o trunfo estratégico norte-americano, que culminou na queda da influência soviética no Oriente Médio. Os EUA conquistaram o apoio israelense e também da Arábia Saudita e almejava ser a única potência a ditar as regras na região, mas para que isso isto acontecesse, necessitava que o Egito capitulasse, o que veio a acontecer na Guerra do Yom Kippur. Esta guerra definiu de fato, o antes e o depois no Oriente Médio.

O idealizador do nacionalismo árabe, Gamal Abdel Nasser morreu em setembro de 1970 sem ter conseguido a integração dos países da região em torno de um mesmo ideal. O que aconteceu de fato foi que, os interesses dos países estavam também, subordinados as ambições particulares de seus líderes que temiam a hegemonia egípcia. A derrota árabe humilhante na Guerra dos Seis Dias demonstrou a exaustão do nasserismo e a impotência do Egito enquanto líder capaz de defender o mundo árabe.

A construção de um verdadeiro poder hegemônico regional, que poderia efetivamente aglutinar todos os Estados árabes em torno de um projeto integrativo, foi abortado em Cartum, e o centro do mundo árabe, localizado em um país altamente desenvolvido, cultural e estruturalmente, pelo menos para os padrões da região, foi transferido para o Golfo. Mesmo que se assuma que nunca houve uma verdadeira transferência de centro hegemônico do Egito para a Arábia Saudita, não se pode negar que, já em 1967, a Arábia Saudita emerge como o novo polo de atração regional, fruto dos petrodólares que já abundavam em seus cofres e que viriam a transbordá-los em 1973, oferecendo uma alternativa monetária à ideologia pan-arabista (FERABOLLI, 2013, p.53).

O pan-arabismo foi substituído pelos petrodólares. Neste contexto, a autora refere-se ao petróleo, como uma *commodity* que contribuiu para travar as relações intra-árabes. Com o aparecimento do petróleo numa fase de reconstrução europeia e japonesa no pós-Segunda Guerra Mundial, a demanda de produção e de consumo cresceram substancialmente (cf. p. 44) e acabou por provocar uma maior dependência externa árabe bem como o domínio das multinacionais estrangeiras na região.

O montante arrecadado com a venda de petróleo, não foi utilizado para investimentos em infraestrutura e desenvolvimento sócioeconômico dos países produtores árabes e ainda, gerou maior dependência da *commodity* por parte daqueles países não produtores, que passaram a depender das remessas enviadas por seus cidadãos que trabalhavam nos países vizinhos principalmente, nas petromonarquias. Essa dependência tornou-se mais evidente durante a crise do petróleo, em 1973.

Os efeitos do choque petrolífero, da primeira metade dos anos 70, levaram ao aprofundamento da dependência externa da região, especialmente nos termos da dependência secundária, e criaram um enorme desequilíbrio entre os Estados produtores de petróleo e o restante do mundo árabe (FERABOLLI, 2013, p. 81).

O petróleo também se tornou uma arma política no mundo árabe e a proposta de integração, que desde a década de 1950, tencionava acabar com a dependência externa, esfacelou-se por estar cada vez mais comprometida com o estrangeiro. Esta situação provocou a desconexão da política doméstica dos Estados Árabes com a política regional. Isto levou a alienação política de suas populações que foram pressionadas a não falarem em uma só voz árabe, o que reforçou o caráter centralizador dos regimes e o aumento das dificuldades para integração árabe e da dependência externa.

A concertação política árabe visando a integração nunca aconteceu, porque subjacente aos interesses regionais comuns, sempre prevaleceram as diferenças de objetivos de cada liderança. Esta situação tornou-se mais clara quando o Egito foi ostracizado da Liga dos Estados Árabes, ao assinar o tratado de paz com Israel em Camp David e de se aproximar dos EUA. Esta fase marcou a fragmentação da política árabe, pois nenhum país foi capaz de substituir a liderança egípcia. As petromonarquias, sem nenhuma estratégia pan-árabe e sem condições de assumirem a liderança dos demais Estados, passaram a desenvolver a “diplomacia do talão de cheques” (conf. p. 88 e 106).

Apesar de várias tentativas, a política árabe não foi capaz de efetivar a integração regional. A fragilidade das lideranças que se seguiram após a retirada do Egito, contribuiu para que Saddam Hussein tivesse condições de assumir o controle do mundo árabe. O Iraque surgiu como uma alternativa à ideologia nasserista para a integração árabe, centrada no ba’thismo.

Em sua marcha rumo à liderança do mundo árabe, era indispensável que o Iraque obtivesse maiores receitas petrolíferas, perdão de suas dívidas e acesso ao mar do golfo Pérsico. Como o Kuwait se recusava a diminuir sua produção de petróleo e a negociar a questão de Rumaila, insistia na cobrança da dívida iraquiana e ainda controlava as ilhas de Warba e Bubiyan, que obstruíam o caminho do petróleo iraquiano ao mar, não havia dúvida, na visão de Saddam Hussein, de que a invasão do Kuwait era um passo fundamental rumo à construção de um Iraque potência. Adiciona-se a isso o fato de que o discurso arabista pregava que havia apenas uma Nação Árabe, que fora separada em Estados artificiais pelas antigas potências coloniais, e tem-se que Saddam Hussein invadiria o Kuwait alegando que esse já fora parte de seu território e que a divisão era uma herança do imperialismo europeu que precisava ser desfeita (FERABOLLI, 2013, p. 112).

A ambição de Saddam em conquistar a hegemonia de modo rápido, acabou por comprometer a sua liderança e mais uma vez, o mundo árabe ficou à deriva. Segundo a autora,

Ainda, a guerra do Golfo alterou radicalmente a estrutura de segurança do OMNA, porque ao ameaçar a Arábia Saudita, Saddam Hussein inadvertidamente apoiou a estratégia americana para o Oriente Médio, de ganhar acesso direto na região via estabelecimento de bases militares no Golfo (FERABOLLI, 2013, p. 135).

Neste contexto, a hegemonia regional passou a ser exercida por um ator externo, os EUA. Independentemente do Governo centralizador de Saddam Hussein, ele foi mantido no poder e a hipótese para que isto tivesse acontecido está relacionada com a necessidade de garantir a posição norte-americana na região. Manter Saddam no poder foi a estratégia utilizada pelos EUA para evitar o fortalecimento do Irã contra os seus aliados no Golfo Pérsico (cf. p. 114) e também, porque os norte-americanos estavam conscientes de que poderiam dominar o Iraque militarmente, mas este domínio não poderia ser aplicado à política.

Na pós-Guerra do Golfo, ocorreu o esfacelamento dos Estados árabes. A desintegração árabe que se iniciou em 1967 e atingiu o seu ápice em Camp David, chegou ao fim na década de 1990. Os diversos acordos econômicos e políticos assinados entre os árabes esbarraram sempre em interesses que estavam para além da integração, o que contribuiu para os sucessivos fracassos dos diferentes acordos.

O Oriente Médio do século XXI sofreu mudanças profundas. Há de registrar-se o declínio da hegemonia norte-americana bem como, a ascensão do terrorismo como substituto do comunismo na região. Salienta-se ainda, que contribuindo para o esfacelamento da integração árabe, está a posição de algumas lideranças regionais que temem a integração econômica, uma possibilidade plausível, com medo de esta levar à integração política. Em

paralelo a tudo isso, encontram-se as petromonarquias excessivamente, dependentes em termos militares dos EUA. Esta situação limita drasticamente a possibilidade de cooperação política e de segurança intra-árabe comprometendo, assim, a efetivação das relações intra-árabes de modo eficiente e de caráter inovador.